

**O SERVIDOR PÚBLICO NA CONSTRUÇÃO DO
PODER SOCIAL**

“OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
NEGROS DO INTERIOR DO BRASIL NA
PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO PODER
SOCIAL”

por

José Otonio Sabino Silva

Dissertação de Servidor Público Municipal
apresentada como parte dos requisitos para a
participação nas comemorações do 50º da CSPB

Sindicato dos Servidores das Prefeituras Municipais
de Cataguases, Astolfo Dutra, Dona Euzébia,
Itamarati de Minas e Santana de Cataguases
(Prefeitura Municipal de Cataguases).

2008

Aprovada por _____
Coordenador da Banca Examinadora

Data _____

**O SERVIDOR PÚBLICO NA CONSTRUÇÃO DO
PODER SOCIAL**

“OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
NEGROS DO INTERIOR DO BRASIL NA
PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO PODER
SOCIAL”

por

Mineirinho

Dissertação de Servidor Público Municipal
apresentada como parte dos requisitos para a
participação nas comemorações do 50º da CSPB

Sindicato dos Servidores das Prefeituras Municipais
de Cataguases, Astolfo Dutra, Dona Euzébia,
Itamarati de Minas e Santana de Cataguases
(Prefeitura Municipal de Cataguases).

2008

Aprovada por _____
Coordenador da Banca Examinadora

Data _____

ÍNDICE ANALÍTICO

CAP. 1 - A DEMOCRACIA NO INTERIOR DO BRASIL	PAG. 1
CAP. 2 - O SERVIDOR ESTÁVEL INSTÁVEL.....	PAG. 5
CAP. 3 – O PODER SINDICAL NA CONSTRUÇÃO DO PODER SOCIAL..	PAG. 8
CAP. 4 - ESTADO DE DIREITO SOCIAL TAMBÉM É INCLUSÃO.....	PÁG. 13
CAP. 5 – QUEM SÃO OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO INTERIOR?	
	PÁG. 15
CAP. 6 – O ESTADO DEMOCRÁTICO E SOCIAL DE DIREITO NÃO PODE E NÃO DEVE ESQUECER O SERVIDOR PÚBLICO NEGRO.....	PÁG. 18
BIBLIOGRAFIA	PAG 28

AGRADECIMENTOS

O autor deseja agradecer a CSPB – Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, a oportunidade dos servidores públicos exporem suas necessidades e principalmente demonstrar o que vem acontecendo nas diversas localidades de nosso Brasil e do mundo.

Agradecer a DEUS por tudo que tem feito, pela energia que tem dado a todos servidores por insistirem na luta e principalmente por esta oportunidade singular de gritar ao Brasil nossos anseios.

Agradecer aos familiares e amigos pelos incentivos e principalmente aos colegas servidores públicos e sindicalistas pela demonstração de carinho.

GLOSSÁRIO

Efêmero¹. De pouca duração, passageiro, transitório.

Renhida². (fig.) Sangrenta, cruenta.

Diáspora³. Dispersão de povos por motivos políticos ou religiosos, em virtude de perseguições de grupos dominadores intolerantes.

Capítulo 1

A DEMOCRACIA NO INTERIOR DO BRASIL

Uma realidade bem diferente dos grandes centros vivem as populações do interior, onde direitos básicos e cumprimento das leis são renegados ao último plano. Normalmente é uma pequena “elite” que domina e amordaça ao povo que mesmo quando reage sofre represarias na primeira oportunidade que surge, podendo ser ela de forma moral, financeira e até contra a integridade física.

Não é tão raro o assassinato de sindicalistas ou qualquer outro militante neste país. A sensação de impotência diante de tão grande pressão expõe que há uma ferida dos anos da ditadura que a Constituição Federal de 1988, não conseguiu fechar.

Com os servidores públicos não é diferente, pois são seres humanos suscetíveis aos mesmos males que atinge toda população, onde essa desconstrução da Democracia é gerida para perseguir politicamente ou pessoalmente servidores públicos que não tenham temor de expressar suas opiniões e lutem pela manutenção dos direitos individuais ou coletivos. Essa realidade que esta longe da mídia que atingem rede nacional, mas está próximo da mídia do interior que muitas das vezes é usada para massacrar, ridicularizar e desmoralizar esses mesmos servidores públicos, pois essa mídia necessita do poder público para sobreviver e continuar sendo “importante meio de comunicação da sociedade”.

Há exemplo de Prefeito que simplesmente anulou uma eleição de Conselho Tutelar pelo fato que não lhe agradou o resultado, pois não conseguiu eleger nenhum Conselheiro politicamente compatível com suas manipulações. Mesmo após decisão judicial o mesmo não reconduziu ao cargo os eleitos e perseguiu servidor público municipal que era parte no processo judicial e até dificultou a vida do advogado que defendeu a causa. Nesta situação o líder do grupo, servidor público municipal, foi colocado em disponibilidade, ganhando menos de meio salário mínimo nacional por mais de um ano.

Outro exemplo é que o mesmo Prefeito colocou em disponibilidade vários servidores públicos de carreira, alegando necessidade de economia dos cofres públicos, mas continuou contratando vários outros para exercer a função dos mesmos. Isso diante do Judiciário e do Ministério Público, onde o mesmo tem um filho no Ministério Público Estadual e outro filho é coordenador do Ministério Público Federal na região onde atua o referido Prefeito, sendo que um destes filhos esteve sempre presente intercedendo por seu pai e argumentando a favor de suas decisões.

São intermináveis agressões violando Direitos Individuais e Coletivos do cidadão que partem exatamente de quem deveria defendê-lo e não promover uma repressão orquestrada.

Com denominação de “democracia”, mas na verdade são verdadeiros tiranos que agem tentando desarticular qualquer reação de organização da sociedade infiltrando em organizações sociais não-governamentais indivíduos que realizam espionagem, enfraquecendo o poder popular em sua capacidade de organizar e reagir. Sempre estão prontos a realizarem os seus insanos intentos contra quem lhes fizerem oposição ou mesmo não satisfazerem seus desejos.

Assim podemos concluir que a democracia tem várias faces neste nosso país continental, sendo distorcida e manipulada para a permanência no poder de um grupo ou uma família e ainda para satisfazer a sede de poder de poucos.

É preciso rever conceitos punitivos, preventivos, efetivos e eficazes que combatam a impunidade, pois é ela a maior responsável pelo desrespeito aos Direitos Individuais, Sociais, Políticos e Coletivos, que são sagrados na Constituição da República Federativa do Brasil.

É necessário a criação de mecanismos que impeçam a manipulação e posse do poder, pelas elites que desfrutam de um poderio econômico. Esta minoria esmaga uma maioria que fica marginalizada e sem acesso a Direitos Básicos e vitais. É o apartheid social a brasileira.

Não se pode deixar que interesses político-pessoais sobreponham a Direitos Constitucionais que abrangem a toda população sendo condenada assistir o espetáculo de terror e quase sempre ser o protagonista, e ainda ter que aplaudir os vilões que estão sempre na tentativa de colocar a situação para pior divertindo com a exploração do próximo e com o cerceamento de direitos alheios.

“Quem não tem poder para defender um cidadão contra outro, também não tem o direito de lhe dar ordens.”

Immanuel Kant

(filósofo alemão)

*Precisamos falar urgentemente de **distribuição de poder** como falamos em distribuição de renda. Afinal não se realiza a distribuição de renda, pois a mesma resultará na distribuição do poder, o que não agrada ao grupo dominante na elite brasileira.*

E o servidor público municipal precisa de ter o direito de defender seus direitos previstos em lei, pois o que mais acontece quando defendem seus direitos é que são perseguidos, humilhados e desprezados. Fato que no Século XXI deveria já estar extinto, mas infelizmente cidadãos brasileiros passam por situações que os colocam em condição humilhante. Parecia que novas eleições trariam novas cabeças e novos pensamentos, mas infelizmente refaz-se uma situação onde o assédio moral e a intimidação já estão atrelados a essa “democracia”.

Somente organizando, expurgando do meio dos sindicatos, associações de bairro, movimentos negros, etc. os espíões, é que poderemos viver momentos de uma Democracia consistente e duradoura e principalmente com informação e educação catequizando estes indivíduos alheios as suas realidades.

O servidor público é nada mais que o povo para servir o povo e não povo para ser massacrado e humilhado pelas elites, que vêem nestes cidadãos a imagem de quem somente consome o dinheiro público e não dão retorno algum para a sociedade. Fator que pode ser prejudicial ao desenvolvimento e excussão do projeto de

participação do Servidor Público na construção do Poder Social e também na construção do Estado Democrático e Social de Direito. Faz-se lembrar esta imagem pode ser mudada e reinventada, basta trabalharmos unidos.

Capítulo 2

O SERVIDOR ESTÁVEL INSTÁVEL

Uma prática comum, dita “legal”, mas imoral, vem sendo aplicada pelas autoridades para manter no poder seus amigos e políticos de confiança através de contratações temporárias ilimitadas alegando iminente necessidade e urgência. É mais fácil manipular servidores contratados que poderão ser cabos eleitorais. Essa prática passa pela nomeação no cargo de auxiliar de serviços gerais e operários, sendo colocados para realizarem serviços administrativos com prejuízo do servidor estável que é colocado de lado, sendo desprezado e sofrendo humilhações e dissabores.

Servidores públicos municipais, como o próprio nome já diz, “são públicos e não privados”, são para servirem o povo e não satisfazerem interesses pessoais e políticos de alguns.

Não existe a União, o Estado e o Município sem a presença do servidor público, pois como reza nossa Constituição:

“Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.”

(§ Único, Art. 1º da Constituição Federativa do Brasil)

Entendo que “... ou diretamente, nos termos desta Constituição” passa pelo servidor público estável, concursado legitimamente empossado sendo estável pela mesma Constituição, agora não poderá ter seus direitos simplesmente leiloados como se estivesse a venda seu “direito a dignidade humana”. Na verdade é um assédio moral que vem sendo cada vez mais denunciado, ainda que não tenham sido eficaz essas denúncias em seus resultados, mas tem sido uma realidade para comprovar a insatisfação e conscientização dos cidadãos.

Um outro grande exemplo de instabilidade vem sendo colocado em prática como a da “readmissão” que vem sendo colocada em prática para garantir amigos e burlar o pré-requisito dos concursos públicos. Servidores enxertados que nunca tiveram Direito

Constitucional à estabilidade no cargo e função tem adquirido isso através de Decretos de Governo Municipal, sendo colocados em funções e cargos estratégicos, e de “maiores salários”, para numa insanidade legislativa através de instrumentos legais realizarem ilegalidades e imoralidade.

Escândalos como estes tem demonstrado que cada vez mais a Lei não deve somente proibir e sim aplicar sanções contra seus infratores, colocando em xeque suas condições de status e financeira. Não muito raro vemos casos de impunidade pois são tantos os benefícios que a Lei concede a quem pode contratar bons advogados para impetrar recursos junto a instâncias superiores do Poder Judiciário, enquanto que os menos abastados tem dificuldade para poderem estar junto a primeira instancia do Judiciário, pois contar com a Defensoria Público nem sempre é certeza de ter seus direitos preservados e na maioria dos Municípios brasileiros é inexistente esse a prestação deste serviço a população e em outros Municípios fecham acordos publicamente com a Defensoria afim de não sofram represarias e às vezes plantam alguns defensores com salários pagos com os cofres municipais.

Os Servidores Públicos Municipais estão cada vez mais pobres com salários congelados por Chefes do Poderes Executivos Municipais que violão o inciso X, do Artigo 37 da Constituição Federativa do Brasil que determina ser “... *assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices*”.

Diante de tantos desmando os servidores precisam cada vez mais incorporar o espírito de luta e enfrentar como verdadeiros guerreiros os tiranos que querem ferir de morte a Democracia, onde o poder tem que começar emanar do povo e ser exercido em seu nome.

Os Sindicatos tem sido uma arma contra esses tiranos que às vezes infiltram membros em suas Diretorias para desestabilizar as Instituições e perderem o foco da luta que são os Direitos dos Servidores.

Sem sombras de dúvidas a construção do Poder Social passa pelos Sindicatos sendo inviável sua concretização sem a participação desses Servidores Públicos que são estáveis pela Lei, mas estão instáveis pelas circunstâncias impostas pelos impostores

que querem minar e destruir os Direitos dos Servidores através do enfraquecimento dos Sindicatos.

Sindicato é local de luta e não local para satisfazer os interesses do Poder Executivo Municipal. Sindicato de servidor público municipal é para fiscalizar os atos do Executivo e do Legislativo Municipais.

Antes de tudo isto o Sindicato é casa do servidor público municipal, onde preservar e ampliar seus direitos deve ser o alvo principal. Sindicato que não defende seu associado é melhor fechar as portas, pois não contribui em nada para a sociedade e sim para satisfazer as elites. Se não for assim será em vão. Não é perseguir os mandatários e sim lutar ao lado dos servidores municipais na busca de uma restauração de sua dignidade, honra e direitos. Não é fazer acordos por “debaixo da mesa” onde vantagens são negociadas e ainda situações particulares sobrepondo a coletividade.

“Direito não se reduz. Amplia-se.”

(Autor desconhecido)

Pensando no Direito vamos lutar para que os servidores de carreira tenham cada vez mais participação em cargos de decisão, não apenas no segundo e terceiro escalão e sim no primeiro escalão onde as decisões são concretizadas e o poder da elite prevalece.

A construção do Poder Social é permanente e a longo prazo. Afinal tudo para construir é mais prolongado o seu prazo, mas para destruir é efêmero¹.

Distribuição do Poder Social já para os servidores públicos.

Capítulo 3

O PODER SINDICAL NA CONSTRUÇÃO DO PODER SOCIAL

Há algumas décadas os Sindicatos eram fortes e apesar das circunstâncias que passavam foram protagonista da queda da Ditadura, na Campanha das “Diretas Já” e a implantação da “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”. Como resultado hoje temos na Presidência da República um sindicalista que foi símbolo desta luta que foi mais de resistência do que de enfrentamento.

Ficou provado que quando o povo une e insiste na luta não há prisão e nem metralhadora que o cale. E novamente temos uma situação atípica, pois enfrentamos uma luta renhida² com “ditadores” com poderes legais e legítimos, instituídos pelo povo, mas exercido de forma imoral e às vezes ilegal.

Fica os Sindicatos, as Federações e as Confederações com o papel de reaproximar o povo da verdade e dar conhecimento aos Servidores de seus Direitos e porque não de seus Deveres. Na verdade o que pleiteamos é uma Democracia plena e vigorosa que possa esta evoluindo cada vez mais.

O poder de aglutinação que os Sindicatos possuem em momentos delicados e perigosos é enorme. Sabendo disso resta as liderança tomarem conhecimento que precisam reagir de forma orquestrada Sindicatos, Federações, Confederações e Centrais Sindicais promovendo a conscientização de todos os servidores.

Antes mesmo de irem a luta os Sindicatos precisam de se fortalecer já realizando uma verdadeira reciclagem de sua liderança através de qualificação de seus Diretores para serem mais eficientes e condizentes com a luta.

É necessário a renovação do compromisso destes Diretores com seus associados e com suas Federações, Confederações e Centrais Sindicais, e vice-versa. Pois é este compromisso que garante a confiança de todos para a concretização do Poder Social,

sabendo que será mais eficaz que o Estado de Direito Democrático que apesar de ter conseguido retornar com a Democracia, não foi eficiente na concretização dos Direitos para todos cidadãos brasileiros.

Paralelo a isto vem o comprometimento com a causa de concretização do Poder Social razão principal que deve ser conscientizado cada associado de cada Sindicato e isso precisa de uma boa comunicação para torná-los multiplicadores desta boa idéia. Comunicar-se bem é necessário para uma divulgação que dê bons resultados ampliando os horizontes, pois na verdade ainda não conseguimos “desenhar” a Doutrina Social perfeita, onde se resume todos os anseios. Seria muita pretensão desta geração dizer saber todos os conhecimentos para maior qualidade de vida e postular uma sociedade feliz. Podemos afirmar sim que estamos no caminho e que chegaremos lá com muita luta, disposição e perseverança diária.

Cada diretor é responsável pela organização, divulgação e execução dos planos de ações voltados ao engajamento de Sindicato na formação do Poder Social. Isso deve ser executado com muita humildade, pois na conquista de novos adeptos devemos agir com a máxima presteza e urbanidade. O respeito com os novos multiplicadores com certeza resultará em novos frutos que irão culminar com novos interessados em conhecer e juntar-se na luta da construção do Estado Democrático e Social de Direito.

Estamos tratando com seres humanos e eles merecem respeito sempre. Respeitar a individualidade, a religião, as tendências sexuais, as opções político-partidárias, a intelectualidade, a privacidade, ao conhecimento, a cultura, etc.

Não se pode oferecer o impossível ou um “plano salvador” onde todos os problemas da sociedade serão resolvidos e extintos num abrir e fechar de olhos. A transparência e a franqueza são fundamentais para na execução para a vitória nesta luta que dever ser leal. Iludi-los será danoso futuramente quando estes servidores públicos que seriam ótimos multiplicadores estariam desiludidos e decepcionados, quando teremos como resultado a falência da nossa causa ou pelo menos um desastre de percurso que poderia ser, no mínimo, evitado.

Os Sindicatos não poderão afastar de suas lutas diárias, sabendo que serão duas frentes de batalha onde terão que adquirir maior poder de barganha e ainda desenvolverem uma nova realidade ainda não colocada plenamente em prática.

Junte-se a isso a necessidade de cuidar da imagem pessoal e da pessoa jurídica do Sindicato. Tendo o cuidado de não a macular, sabendo que qualquer deslize por menor que seja será cobrado como fosse uma falta grave, pois todos os Diretores e multiplicadores passam ser espelhos e líderes na comunidade.

A certeza que cada Diretor, como também os multiplicadores, não deve perder o foco, pois a sociedade estará esperando uma reação de cidadão que estarão colocando suas questões pessoais em segundo plano agindo com profissionalismo e aplicando seus conhecimentos e habilidades técnicas para o bom andamento das articulações em torno do assunto.

A demonstração de confiança pela causa é fundamental, pois se você não demonstra acreditar por aquilo que esta lutando e principalmente agindo sem lealdade para com os princípios que a causa impõe, ficará difícil a aplicação e realização do grande sonho. Sem lealdade tudo não passará de um pesadelo que com certeza terá consequências incalculáveis.

Problemas durante a trajetória com certeza terão, mas não se pode recuar e deixá-los dominar-nos. Há uma colocação pessoal que será em boa hora expressá-la: *“Problema. Ou você monta nele e o faz de cavalo conduzindo-o aonde quer chegar, ou então carregará o cavalo e não conseguirá dar um passo.”*

O certo é na verdade resolver todo e qualquer problema e sendo necessário buscar ajuda externa ou mesmo interna. Afinal isso será um exercício de humildade. Juntamente com esta situação deve-se ter o cuidado de dominar as tensões, pois isso pode ser entendido como uma insegurança e ser prejudicial ao desenvolvimento da causa, tornando vulnerável todo o processo.

Somente assim conseguirá a confiança e fidelidade dos multiplicadores para com a busca e construção do Poder Social, sabendo que não será dado de “bandeja”.

Somente com muita luta que será alcançado o resultado satisfatório da luta na busca da realização e ampliação a todos cidadãos do Poder Social.

Esse alcance com certeza passa pelos Sindicatos e conseqüentemente pelos Servidores Públicos.

É na busca de alvo como de Instituições como a FESEMPRE, Federação Interestadual dos Servidores Públicos Municipais e Estaduais de um “Sindicato Cidadão” é que expressa todo esse envolvimento da categoria com a causa.

Não se pode esquecer que qualificação é fundamental para poder efetivamente construir e implantar o “Estado Democrático e Social de Direito”, pois sem as qualificações e busca de conhecimento pode-se perder o foco, tornando a caminhada mais longa e conseqüentemente mais penosa causando perdas irreparáveis.

Não podemos perder tempo, pois temos muito o que fazer. Hoje é dia de luta contra toda tirania que tenta perpetuar no poder.

A responsabilidade principal esta nas mãos dos dirigentes sindicais que necessitam comprometerem-se cada vez mais com a causa e não se omitirem em defesa da classe. Isto mesmo, com a classe.

Esta é uma luta de classe onde temos o dever de ser e esta com o servidor público, construindo bases fortes para uma sociedade mais justa e igualitária. Isto não é uma utopia, mas estamos no caminho de um Governo organizado da melhor maneira, proporcionando ótimas condições de vida a um povo equilibrado e feliz.

Feliz, sim. Por que não? Merecemos ser feliz, pois o fato felicidade esta atrelado a qualidade de vida. Vida esta que nós poderemos moldá-la juntos.

Pode acontecer imprevistos, mas nunca iremos desistir de nosso alvo que é a igualdade social, através da Democracia Sustentável. Não esta Democracia em que vivemos onde a exclusão é fator de perpetuar-se no poder através de desarticulação das organizações não governamentais.

Temos que conscientizar que somente através da sociedade organizada é que alcançaremos a concretização do Poder Social e o papel do Sindicato é canalizar os servidores para esse alvo, através de mais participação e politização, buscando cada vez mais a valorização do servidor público, seja ele municipal, estadual ou federal.

Hoje é o dia de iniciarmos e não pensar se perdemos tempo. O agora é importantíssimo para construir pois o passado se foi e o futuro ainda esta por vir e não somos senhor do tempo.

Caminheemos e lutemos que do Sindicato emana Poder Democrático Social. Não dispersemos, pois juntos ganharemos tempo e economizaremos energia para concretização desta possibilidade.

Capítulo 4

ESTADO DE DIREITO SOCIAL TAMBÉM É INCLUSÃO

Nesta jornada não se pode excluir ninguém, pois Estado Democrático e Social de Direito é inclusão com a participação de todos os cidadãos, não se esquecendo das minorias e os excluídos, marginalizados.

Hoje quem está no poder esqueceu-se das minorias e os excluídos, sendo renegados a segundo, terceiros, ou ainda quarto plano, isso quando nem são lembrados e sofrem a exclusão total da discussão.

Não podemos repetir os mesmos erros, pois na concretização do Poder Social todos são importantes, indiferentes se são analfabetos, semi-analfabetos, ou até doutores e mestres. O importante que todos são letrados tendo cada cidadão sua história, sua realidade e seus conhecimentos básicos que não são maiores e nem melhores, são apenas diferentes.

É o respeito com o individual que poderemos construir uma sociedade mais justa e mais sensata, com boa divisão de renda e com serviços públicos básico de qualidade alcançando toda população.

Qualidade de vida também é inclusão, onde cidadãos não serão apenas números e sim pessoas com seus sentimentos, opiniões, realidades e principalmente suas verdades. É o respeito que devemos ter com todos somente será completo quando pudermos incluir as comunidades carentes e favelas. Devemos olhar com um olhar mais atuante e objetivo, onde se faz acontecer imediatamente o atendimento das urgências e emergências destes locais.

Os deficientes físicos e os cidadãos com necessidades especiais em geral, não era nem preciso lembrar, pois deveriam ser os primeiros da lista, onde não deveriam sofrer com as dificuldades encontradas na sociedade e no seu dia-a-dia. Uma simples ida a rua pode ser um desespero, pois faltam sinalizações que atendam esses cidadãos,

como também acessos para cadeirantes e outros que usam muletas e bengalas. Não podemos fechar os olhos de dizer que eles já foram contemplados.

Marginalizar esta parcela da sociedade é no mínimo uma atitude covarde de quem não tem o respeito e amor ao ser humano. Pois sem amor ao próximo a sociedade perde o espírito cooperativo, dando espaço a violência e ao crime organizado.

O comprometimento do indivíduo com a vida de um grupo social em que vive e nele relaciona, tornam mais saudável e qualitativa as condições de vida. Ali é que começa a nação, pois não existe o todo sem o indivíduo. Somos resultado de uma equação que é escrita cada dia por todos nós.

O Poder Social deve ser compartilhado com as minorias, pois ele é um poder acima de tudo legítimo e para ser legítimo tem que ser participativo.

Participação esta que inclui políticas afirmativas que provoquem aceleração do processo de inclusão por mais doloroso que seja. Sem ações afirmativas fica inviável reabilitar junto a sociedade, uma vez que as minorias estão em desvantagem e na maioria das vezes são persuadidos a renunciar seus direitos legitimados pela Constituição da República Federativa do Brasil e por suas Leis.

A conscientização destes cidadãos é a fonte do Poder Social. É na informação que obteremos combustível para execução da grande obra inclusiva, que culminará com a distribuição do Poder Social aos excluídos e rejeitados desta nação.

O momento é oportuno, pois discussão como estas permeiam em nossa sociedade, como nunca houve antes. Negros, índios, sem terra, GLTBs, oprimidos em geral estão organizando-se e gritando aos quatro ventos que querem ser reconhecidos.

Há espaço para todos, não podemos apenas achar que estamos lutando por uma nova “elite” que alternará e perpetuará no poder e assim criará um bipartidarismo informal, já que não há mais explícito, neste país, a direita e a esquerda.

Ou incluímos todos e construímos uma sociedade justa e igualitária, ou perderemos o momento da História.

Capítulo 5

QUEM SÃO OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO INTERIOR?

Cidadão de uma categoria especial, com deficiência de obtenção de Direitos, onde lhe são concedido favores, que devem ser o tempo todo gratos. Isso postos que se não o forem serão severamente punidos e as sanções serão notórias servindo de lição aos demais que deverão se calar ao longo de algum tempo.

Na maioria das cidades interioranas são servidores contratados para exercerem cargos que ainda não tem escolaridade e também lhe faltam especificações técnicas para a exercício da função com a qualidade que o povo merece o serviço público. Isso ainda acompanhado de um lembrete que seus familiares e amigos são quem garantem seus cargos, pois já tem mais de dois anos exercendo a função e deveriam ser demitidos e até então não foram por um favor especial.

Na verdade essa manipulação é uma das tentativas de perpetuação no poder de alguns grupos e famílias que se sentem donos das cidades e somente eles podem administrá-las. Vemos que não se faz o mínimo esforço para que o servidor público receba um tratamento digno diante da sociedade, apenas faz-se uma troca de favor, deixando o constrangimento de gente de bem aflorar ainda mais e com isso ficar mais fácil ações maquiavélicas de pessoas definitivamente maldosas e maquiavélicas.

O acesso as serviços básicos que todo cidadão necessita é negado, não porque é inexistente e sim porque é para poucos privilegiados e assim fica mais fácil. Cria-se uma burocracia que nunca pode ser executada por completo, sempre falta um papel e somente uns privilegiados têm acesso a esses serviços e os outros servidores são apenas dito: _Você não preencheu os requisitos para isso.

Há uma tentativa de criar uma elite de servidores públicos municipais que somente tenham acesso a serviços e salários se forem do mesmo partido político. Os salários não são recuperados em seu poder de compra a contento e na maioria das vezes são congelados por anos.

A revisão geral de salários não é considerada uma régua constitucional pelos Prefeitos que dizem não haver nenhuma punição se não a fizerem e assim não fazem deixando os Servidores Públicos Municipais em uma situação financeira difícil.

Na verdade não cumprem a Lei, pois querem mesmo é dar gratificações individuais, horas extras que não são realizadas e ainda outras “benevolências” que servem para manipular e atrair o Servidor. Uma lástima. É a tentativa de implantação do caos. O pior que vemos tudo com impotência. Não sendo possível contemplar e digerir com facilidade.

O Servidor Público Municipal é visto como alguém que consome o dinheiro público sem dar nada em troca. Isso não é verdade. Mas uma mentira dita por várias vezes torna-se uma verdade. Uma verdadeira campanha é realizada em rádios e jornais locais, onde os proprietários destas mídias necessitam do poder público municipal, para sobrevivência financeira destes órgãos de informação e colocam ao desserviço a sociedade, maculando a honra da classe e expondo-os como aproveitadores do dinheiro do povo, esquecendo que se não houvesse servidor público não existiria a coleta de lixo, o atendimento de saúde, a educação da sociedade, as obras de infraestrutura, etc.

Tratar desta imagem ruim, dilacerada, humilhada e até ferida gravemente é necessário para a construção do Poder Social. A reabilitação do Servidor Público Municipal do interior do Brasil é algo a ser construído para a eficácia do “Estado Democrático e Social de Direito”. Não deixar que condições como estas contaminem o processo de implantação do Poder Social é o nosso dever.

Este é apenas um pequeno desafio que deveremos superar e alcançar a solução o mais rápido possível.

Os Sindicatos do interior apesar de organizações sérias, em sua maioria, lutam contra uma organização que tenta perpetuar no poder desde o período da colonização. Fica difícil, mas não impossível, uma vitória de imediato. Aí esta a resposta porque essa luta se estende pelos nossos dias e não tem o resultado satisfatório.

O Sindicato é uma organização do Século XX e as elites vem se organizando desde o Século XVI, sendo apenas algumas centenas de anos de diferença.

Superar este desafio é talvez o primeiro passo dos Servidores Públicos Municipais do interior, pois são a maioria de Servidores Públicos Municipais deste Brasil, sendo importante sua completa libertação e restauração da dignidade humana, com maior interação e participação das Federações, Confederações, Centrais Sindicais e o próprio Ministério do Trabalho, para uma maior interação gerando assim o fortalecimento da classe que esta maltratada e desgastada.

Muitas das vezes espera-se mudanças, mas é incrível como entra-se em um novo capítulo com a mesma história de sofrimento, perseguição, congelamento de salário, cerceamento de direitos básicos, humilhações, ridicularização, etc.

Passa pela restauração, com recuperação total da autoestima destes cidadãos que necessitam de uma nova história de amor, paz e felicidade, com qualidade de vida e dignidade.

Não podemos fechar os olhos e fazer de conta que não esta acontecendo, não é comigo, não temos solução. Temos que no mínimo denunciar esta aberração de poder despotizado, não deixando a perpetuação e o surgimento de uma nova geração que irá promover o caos e a extinção dos servidores públicos.

É notório que ações isoladas tem acontecido, sem muitos resultados, com o conformismo de uns que acham que sempre será assim. Mas precisamos de sincronização entre estas pequenas ações para que os servidores públicos municipais do interior de nossa nação sejam revigorados e “contaminados” com esta luta, assim tornando cada vez mais fortes e organizados, mais acima de tudo participativos.

Dar credibilidade as organizações sociais dos servidores é um desafio, que precisa uma interação dos órgãos estaduais, interestaduais e nacionais que cuidam e lutam pela causa. Conscientizar que um pedido de socorro esta sendo feito todos os dias, todas as hora e minutos por este país é o primeiro passo para fortalecer a classe para uma participação maior na construção do Poder Social.

Capítulo 6

O ESTADO DEMOCRÁTICO E SOCIAL DE DIREITO NÃO PODE E NÃO DEVE ESQUECER O SERVIDOR PÚBLICO NEGRO

Compreender alguns fatos sociais, históricos, culturais envolvendo os descendentes da diáspora³ africana e analisar alguns aspectos da construção da identidade desse povo, passa diretamente em conhecer a História da África, como também para compreender o que realmente este povo necessita hoje e deseja.

Ensina-se no contexto das lições da Escola que o povo africano foi passivo e submisso, mas na realidade não foram. Prova disso são os quilombos, onde a resistência fica mais explícita.

Estes povos arrancados de várias nações africanas e aqui misturados para dificultar a resistência, são na verdade os responsáveis pela construção do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro durante Séculos. Foram eles quem construíram a riqueza de nossa nação, dando alicerce consistente, sem nada receberem em troca, até hoje.

Uma colocação apresentada de que o Sindicato brasileiro não pode ser comparado aos Sindicatos europeus e norte-americanos é basicamente porque os Sindicatos brasileiro têm sua origem graças aos negros. Pode se considerar que os quilombos foram as primeiras demonstrações de luta sindical brasileira, pois exigiam simplesmente salário, dignidade e respeito, coisas básicas que até hoje pedimos e não conseguimos.

Não se pode colocar os negros como se estivessem em uma situação privilegiada e assim dizer que esta tudo bem.

Analisemos em que condições se concretizou a “Abolição da Escravatura” e quais foram os precedentes históricos que culminaram com a Lei Áurea, a tão falada e festejada. A farsa que os negros foram submetidos é de uma perversidade comparada

ao “apartheid”, pois na verdade as Leis que tanto haviam colocado o negro em liberdade, jamais deu condição mínima de vida.

Em 1831 foi votada no Parlamento Brasileiro a Lei que extinguiu o tráfico negreiro, mas que nunca foi colocada em prática (donde a origem da expressão “para inglês ver”). Esta Lei foi votado apenas para satisfazer os anseios dos ingleses que queriam ver extinto na América o tráfico negreiro e assim aumentarem seu comercio externo na área, principalmente com o Brasil.

A luta era silenciosa entre o Trono partidário de ações abolicionistas gradual e os interesses escravagistas que atuavam e concentravam no Parlamento.

Dando um salto na história, apenas para entender melhor não prolongando muito, vemos em 1850 o Brasil experimentar um crescimento econômico e a diversificação industrial acrescida do trabalho imigrante, que foram argumentação sólida para abrir caminho rumo a uma discussão mais aberta que culminou com adesão da elite sociopolítica ao projeto de libertação dos escravos, já que o maior entrave para isto era que o Trono queria uma emancipação gradual sem ter que indenizar os proprietários, enquanto esses queriam ser ressarcidos pelo prejuízo com a alforria dos negros. Em momento algum da História fala-se em indenizar os negros pelos maus tratos que sofriam, os danos morais que partilhavam, pelas péssimas condições que eram confinados, por serem arrancados de suas terras e principalmente por não serem considerados seres humanos, até pela Igreja que na época do Brasil Colônia abriu uma discussão para saber se negro tinha alma.

A partir de 1868 o Brasil fica isolado como o único país ocidental que não havia libertado seus escravos, fato que pressionado pela opinião pública internacional, ajuda acelerar o processo interno de extinção da degradação humana.

Em 28/09/1871 é aprovada no Parlamento a Lei do Ventre Livre, que tornava livre todos os filhos de escravas nascidos à partir daquela data, mas parece uma piada: *“mas as proles ficariam sob a tutela de seus senhores até os 21 anos”*. Tempo suficiente para explorar o auge da mão de obra e ser abandonado a sua própria sorte próximo do fim de seu período produtivo e morrerem de fome, pois não teriam

indenização ou mesmo ajuda para sobreviver trabalhando e ganharem seu primeiro salário.

Na verdade o texto da referida Lei dizia da “liberdade” dos escravizados nascidos a partir daquela data, porém, a mesma lei dizia que até os oito anos de idade o “inocente” que era o termo usado, ficaria sob a guarda de seu “senhor” e só então poderia gozar a liberdade.

O que se questiona é como uma criança de oito anos poderia gozar a liberdade sem a presença da mãe? Absurdo!

Daí os pequenos ficariam sob a “guarda do senhor” até atingirem a idade de 21 (vinte e um) anos, o que obviamente nunca aconteceu haja vista que a Lei Áurea foi promulgada em 1888 quando ainda ninguém nascido em 1871 ou a partir de, tinha completado 21 (vinte e um) anos de idade.

Em 28/09/1885 é assinada a Lei dos Sexagenários que era mais uma farsa, já que a expectativa de vida dos negros girava em torno de 25 (vinte e cinco) anos, segundo alguns estudiosos e outros dizem chegar até 40 (quarenta) anos. Mas a divergência entre estes números dados pouco importa, pois na verdade ambos ficariam longe, muito longe de alcançar os 65 (sessenta e cinco) anos de idade. Concluindo: um negro resistindo até os 65 (sessenta e cinco) anos de idade era posto na rua da amargura, sem teto, sem aposentadoria, sem terra, sem pensão, sem família, sem nada. Os velhos eram abandonados para morrer, pois somente dariam prejuízo comendo na casa de seus senhores. Crueldade oficial a brasileira.

A própria Lei Áurea é uma ofensa a inteligência do negro, porque já naquela época a maioria dos negros já estava liberta ou já havia fugido para os quilombos e os poucos que permaneciam em cativeiro no dia 12 de maio de 1.888 eram escravos, no dia 13 de maio de 1.888 eram “homens livres” felizes, eufóricos, embriagados e foram comemorar nas cidades. No dia 14 de maio de 1.888 uma tragédia, os ex-escravos e agora “homens livres” eram sem teto, sem comida, sem roupa, sem nação, sem dinheiro, sem identidade e sem dignidade.

Cidadãos a quem a Pátria muito devia foram jogados na rua da amargura onde passaram pelas mais diversas privações porque os senhores de engenhos não queriam pagar com seus preciosos dinheirinho a negros, ex-escravos. Eram aceitos como escravos e como assalariados não eram aceitos. Fica aí explícita a situação de que se for para serem explorados servem, mas um pouquinho de dignidade, não.

Hoje em pleno Século XXI essa discussão que já era para esta no passado esta cada vez mais presente, pois o racismo velado em nossa nação aponta uma situação que cada vez mais se desnuda. Temos de rever nossos conceitos com relação a raça negra e deixarmos de lado o mito da Democracia Racial e observar como esses conceitos são aplicados nas relações raciais cotidianas. O negro no poder é inadmissível para grande parte de nossa nação e então temos que combater esta realidade infeliz, uma idéia racista e repugnante.

A pior das discriminações é aquela que ignora o negro tentando fazê-lo acreditar que é nada e insignificante. Isto acontece todo dia e toda hora, em nossa sociedade, basta lembrar que é reservado ao negro até o dia de hoje a “senzala”. As pessoas declaram: “_Eu não sou racista não. A minha emprega é negra e até come conosco na mesa.” Coisa pejorativa, “até como conosco na mesa”. Por acaso é bicho? Por acaso tem alguma doença infecto contagiosa que devem viver em isolamento? Afinal, negra somente serve para ser empregada doméstica, ama de leite, faxineira, auxiliar de serviços gerais? Sem menosprezar estas profissões que são extremamente importantes, mas somente colocam negras em profissões que não exigem estudo e conhecimento tecnicocientífico?

Na realidade passa-se o recado que “seu lugar é na cozinha, no tanque, varrendo chão, etc.” Postos herdados na senzala e continuam a serem predominantemente suas vagas preenchidas por afro descendentes.

É raro ver alguém dar um cargo de destaque para o negro, como diretor, administrador, médico, advogado, etc. Afinal acham que negro só serve para ser explorado no trabalho braçal, não que este seja menos dignificante, mas o que entra em discussão são os cargos que concentram **poder de decisão**.

A tentativa de Rui Barbosa de apagar a história dos afro descendentes os momentos de horrores da escravidão, eliminou muitas provas, mas não eliminou todas. Temos que recontar e reconstruir a nossa história, pois esta história faz parte de todos nós brasileiros.

Então temos que falar do “poder negro”: o poder de resistência, o poder de cantar, o poder de dançar, o poder de resistir, o poder de lutar, o poder de não esmorecer, o poder de superar, o poder de alegria em meio às tribulações e privações, o poder de conquistar.

Não queremos aqui fazer uma blindagem da cultura afro brasileira, pois temos pleno conhecimento que ela é rissomática, que expande absorvendo elementos de outras culturas. Essa lógica, faz-nos entender que ela é dinâmica com elementos sempre em construção.

Hoje em particular o mundo vive um momento histórico, que vemos a quebra de um tabu que todos pensavam que seria quebrado primeiro por uma mulher e é um negro que chegou a Presidência dos Estados Unidos da América, o cargo mais poderoso do mundo neste início de Século.

Muitos dizem que isto não importa nada para nós brasileiros, mas isto é muito para os afro brasileiros como foi o Reverendo Lutter no Século passado construindo direitos civis para negros norte-americano e conseqüentemente atingindo sua influência em todas as nações.

O Servidor Público Negro, isto mesmo, Negro com letra maiúscula, esta vulnerável a todo este contexto que é penoso e danoso a toda uma sociedade. Temos muito pouco tempo entre a Abolição da Escravatura e hoje, pouco mais de um Século nos separa.

Parece que foi ontem quando o então Presidente da República José Sarney decretou feriado para comemorar os 100 (cem) anos da Abolição da Escravatura e a sociedade dizia que tudo estava perfeito e todos eram felizes. Foram momentos de utopia que hoje vemos a nação considerada por muitos brasileiros racista eleger Obama Presidente da República, enquanto aqui a nação da “democracia racial” esta muito

aquém, onde alguns poucos representantes negros conseguem chegar a cargos políticos de destaque nacional ou até mesmo municipal.

O Servidor Público Negro sofre do mal da exclusão social, que provoca seu afastamento de cargos de concentração do poder de decisão. Parece incrível, quando algum negro assume qualquer posto de poder e destaque as vezes nem se dão conta da importância para toda uma etnia o que sua colocação representa.

Se olharmos nos cargos do primeiro escalão do governo federal, estaduais ou municipais, mesmo no Estado da Bahia, onde negros são a esmagadora maioria, a representatividade afro descendente é irrisória. Torna-se repugnante tal situação, pois vemos que no Século XXI aplicação de práticas da época da escravidão são agora moderna, revelando um lado do ser humano que precisa descobrir o amor e respeito ao próximo. É ilegítimo dizer que não há hoje negros capacitados para os cargos de direção. O que há um racismo covarde e silencioso que sufoca e tenta calar a voz do Servidor Público Negro.

Não sei dizer se é consciente ou inconsciente, mas o importante é que esta acontecendo com o negro no Brasil e precisamos reagir contra esta situação, seja com ações afirmativas de reserva de quotas no serviço público, seja com campanhas educativas ou mesmo com denuncia destes atos que parecem normais, mas são imorais e desonrosos para todos os brasileiros.

Vejamos dados de uma pesquisa do Instituto Datafolha realizada em novembro de 2008 com 2.982 entrevistados brasileiros que quando perguntados se tinham preconceito em relação aos negros e foi respondido por “apenas” 3% (TRÊS POR CENTO) que SIM, mas quando a pergunta foi : “E você acha que os brancos tem preconceito em relação aos negros?” a resposta de 91% (noventa e um por cento) que SIM.

Parece contraditório, mas o brasileiro admite que existe racismo de brancos contra negros, mas tomaram consciência de que racismo é crime e não admitem mais serem racista, logo somente os outros que são.

Continuemos analisando a mesma pesquisa que colocou quatro frases que são racista e aí tornou mais evidente quando perguntados se concordavam com elas, a saber:

“Negro bom é negro de alma branca” _ 26% (vinte e seis por cento) concordaram com essa afirmação;

“As únicas coisas que os negros sabem fazer bem são música e esporte” _ 20% (vinte por cento) concordaram com o absurdo;

“Negro, quando não faz besteira na entrada, faz na saída” _ 10% (dez por cento) concordaram com essa frase repugnante e;

“Se Deus fez raças diferentes é para que elas não se misturem” _ 9%% (nove por cento) afirmaram concordar com essa doutrina da “Teologia Ariana”.

É bem verdade que as manifestações de preconceito diminuíram de intensidade, mas continuam silenciosas e com a mesma perversidade de antes. Isso tudo é resultado da criminalização de manifestações racistas.

Na verdade os negros continuam excluídos e marginalizados. É oportuno destacar uma afirmação editada como subtítulo de uma reportagem do Jornal Folha de São Paulo de 23 de novembro de 2008: *“Pretos e pardos estão excluídos de postos de elite e ganham menos que brancos quando realizam a mesma função.”* Parece que isso não acontece no Brasil, onde mais de 90% (noventa por cento) afirmam não serem racista. É necessário rever os conceitos desta sociedade que se diz justa e pratica uma “democracia racial”.

Outros dados curiosos é quando perguntados se conheciam algum médico negro e 48% (quarenta e oito por cento) responderam que não, mas o quadro piora quando perguntados se conhecem algum professor universitário negro e 51% (cinquenta e um por cento) responderam que não.

Ainda no levantamento Datafolha, supracitado, foi constatado que o maior problema enfrentado pela população negra brasileira é a *“discriminação no trabalho* –

dificuldades para obter emprego”. Destacaram como sendo este o maior problema 55% (cinquenta e cinco por cento) dos entrevistados.

Outro dado que nos assusta, mas comprova que o Ensino Superior é um ensino elitizado, é que em 2008 em 369 (trezentos e sessenta e nove) aprovados para medicina e ciências médicas no vestibular Fuvest 2008, apenas 0,3% (zero vírgula três por cento) afirmou ter a cor preta e dois se disseram indígenas. Com isso o fator Educação vai distanciando o negro brasileiro de posto de elite e quando chegam lá não são bem aceitos.

Segundo dados do IBGE, em 2007 entre a faixa dos 10% (dez por cento) mais pobre deste país 68,1% (sessenta e oito vírgula um por cento) eram de cor preta e parda, resultado que se invertia completamente entre os 10% (dez por cento) mais ricos da nação brasileira que apenas 21,9% (vinte e um vírgula nove por cento) eram negros ou pardos. Estes números em 1995 eram assim: entre os mais pobre 67,5% (sessenta e sete vírgula cinco por cento) eram negros ou pardos e entre a fatia mais rica eram 17,3% (dezesete vírgula três por cento) de negros e pardos.

Isto demonstra que apesar de mais negros e pardos ascenderam as classes A e B nesta década, mas também houve um aumento na classe E, este aumento também é explicado pelo aumento populacional nesta classe que é bem maior do que as classes A e B pela dificuldade de acesso aos métodos anticoncepcionais e até a médicos para orientações adequadas.

Com certeza a inclusão das questões do negro na agenda com ações simbólicas do Governo Federal realizadas pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1995, contribuiu em muito para o avanço da situação do negro no país. Foi quando a Presidência da República admite publicamente que no Brasil existe racismo. No ano de 1996 o mesmo sancionou a lei que reconheceu ZUMBI DOS PALMARES como Herói Nacional e lançou selo em homenagem ao maior líder negro brasileiro.

Mais é com o Presidente da República LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA que ações afirmativas são tomadas e não apenas ações simbólicas, que também são importante e com certeza preparam o terreno para ações afirmativas.

Fica em destaque no Governo LULA, o ano de 2003, quando da criação da SEPPIR _ Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial, vinculada a Presidência da Republica, a publicação do Decreto autorizando procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos.

Destaca-se ainda no mesmo ano a indicação do Presidente LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA para Ministro do Supremo Tribunal Federal o primeiro Ministro negro daquela Casa JOAQUIM BARBOSA.

Estas ações são aquém das reais necessidades dos afro descendentes, mas com toda certeza foram úteis para abrandar o racismo e construir o início do caminho para inclusão de negros.

Estes dados só vem confirmarem o que já estamos afirmando da dificuldade do negro no Brasil. Isto tudo acontece muitas vezes a nossa vista e preferimos fazer de conta que não vemos, não entendemos ou até mesmo não sabemos.

O Ministro do Supremo Tribunal Federal JOAQUIM BARBOSA afirmou certa ocasião:

“ _ Na Europa e nos Estados Unidos as pessoas já estão acostumadas com negros bem posicionados (...), não demonstrando o ‘estranhamento’ tão comum entre nós.”

“Para enfrentar nossas imensas desigualdades, nós vamos ter que nos reinventa.”

O problema brasileiro do racismo é mais complexo do que a sociedade quer realmente enfrentar. Tudo em nosso país nós gostamos de implantar gradualmente, sem grandes “traumas”, isto com certeza é um dos empecilhos para a extinção ou retração considerável do racismo.

O Servidor Público Negro é talvez a minoria que hoje necessita de maior atenção na construção do Poder Social, pois sem ele não haverá a verdadeira base para a construção do Poder Social. Somente incluindo na pauta suas necessidades, interesses e participação no Poder de Decisão é que iremos construir um novo estilo de vida com dignidade,urbanidade, igualdade e distribuição de poder de decisão.

Não podemos fechar nossos olhos aos diversos problemas que estão acontecendo no mundo e achar que está tudo bem. Lembrar dos negros e incluí-los na agenda do Estado Democrático e Social de Direito deve ser o nosso alvo e prognóstico de sucesso dessa doutrina.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, Surya Aaronovich
Pombo de. Discutindo a
escolarização da população
negra em São Paulo entre o final
do Século XIX e início do século
XX. In.: ROMÃO, Jeruse. **Historia da
Educação do negro e outras
História**. MEC, DF: 2005.

Borges, Edson. **Panorama
Historiográfico dos Países
Africanos**: Puc Minas, 2004.
Notas de aulas.

VENTURI, Adelino, **Enciclopédia
Ilustrada Para Educação
Básica**, Editora Educacional
Brasileira. Curitiba, PR

Caderno Racismo
Especial, Jornal
Folha de São Paulo
de 23 de novembro
de 2008

FONSECA, Marcus Vinícius.
Pardos, crioulos e cabras na
escola mineira do século XX. In.:
ROMÃO, Jeruse. **Historia da
Educação do negro e outras
História**. MEC, DF: 2005

GUIMARÃES, Antônio Sérgio
Alfredo. **Racismo e Anti-
racismo no Brasil**. São Paulo:
Editora

Palestra com:
Professora Mestra GEANE
ELISA

Dr. MARCOS PENIDO -
Advogado

Dra. Juliana Aschar - Advogada

JOÃO DOMINGOS GOMES
DOS SANTOS Presidente CSPB